



INSTITUTO SÓCRATES GUANÊS - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

	BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)				
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020	
	Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado	Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.824,89	20.720.826,98	34.753,32	51.264.874,16					
Contratos de gestão e convênios	5	-	215.922.297,45	-	188.856.996,12					
Contas a receber	6	2.635.613,89	2.640.613,89	2.488.537,29	2.650.116,72					
Impostos e contribuições a recuperar	7	144.596,29	6.873.745,46	142.099,47	277.858,67					
Adiantamentos a terceiros	8	19.134,58	854.753,54	86.448,80	444.602,51					
Adiantamentos a funcionários	9	184.495,52	1.090.530,87	152.729,35	967.826,15					
Estoque	10	-	12.474.941,01	-	14.560.513,82					
Despesas antecipadas	11	34.890,17	951.021,90	23.968,60	3.011.387,00					
Total do ativo circulante		3.067.555,40	261.528.721,10	2.928.536,83	260.253.969,85					
Não Circulante										
Depósitos em caução		37.736,51	37.820,51	37.736,51	37.820,51					
Depósitos/bloqueios judiciais	12	3.087.126,90	4.634.047,50	3.087.126,90	4.432.984,36					
Transações entre unidades	13.a	4.301.009,60	-	-	2.275.833,78					
Imobilizado	14	227.061,86	227.061,86	235.903,14	235.903,14					
Total do ativo não circulante		7.652.934,87	4.896.929,87	5.636.600,33	4.706.708,01					
Total do ativo		10.720.490,27	266.427.650,97	8.565.137,16	264.960.677,86					
Ativo compensado										
Total do ativo e do ativo compensado		10.720.490,27	266.427.650,97	8.565.137,16	264.960.677,86					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

	2021		2020			2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades sociais									
Superávit (Déficit) do exercício	(3.098.436,77)	(1.644.391,96)	(1.199.750,84)	(1.134.732,87)					
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades sociais									
Depreciação e amortização	13.085,28	13.085,28	12.142,90	12.142,90					
Variações no ativo e passivos									
Contratos de gestão e convênios	-	(27.065.301,33)	-	7.887.994,48					
Contas a receber	(147.076,60)	9.502,83	(410.662,97)	(95.239,63)					
Impostos e contribuições a recuperar	(2.496,82)	(6.595.886,79)	2.690.774,37	2.690.578,53					
Adiantamentos a terceiros	27.314,22	(410.151,23)	(82.299,86)	111.367,95					
Adiantamentos a funcionários	(31.766,23)	(122.704,72)	(407.568,67)	259.401,33					
Depósitos em caução	-	(15.834,00)	-	(15.834,00)					
Depósitos judiciais	-	(201.063,14)	-	138.484,32					
Despesas relacionadas a receber	(2.025.175,82)	197.163,91	69.376.111	69.376.111					
Outros ativos	(10.921,57)	(119.830,20)	12.512,58	(24.644,12)					
Fornecedores	217.535,71	6.832.001,27	81.996,24	(30.117.553,61)					
Salário e encargos sociais	826.635,88	(611.818,61)	8.001,50	5.235.420,65					
Obrigações tributárias	3.185.951,43	9.973.108,23	9.922.919	4.058.824,89					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Sócrates Guaanês - ISG é uma Associação Civil (ISG "ou Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDI - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - CEAP-SOL - Condomínio Solidária, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro; - HRIR - Hospital Regional Jorge Rossman, situado em Itanhaém, Estado de São Paulo; - HRSC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - HRH - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo; - HRN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo; - AME-Parqueira-Açu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Parqueira-Açu, Estado de São Paulo; O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Cangaçu, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramã - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guaanês, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (RT), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução (CFC) 1.469/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, na caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige o uso de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. **3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sociais tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são mensurados ao custo histórico menos juros efetivos. Os valores a receber dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. **3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefícios em bens de terrenos e instalações compreendem, principalmente, benefícios em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades privadas e escritórios. O Instituto reconhece ganhos, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, mediante diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens devem ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decorrer do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apesar de, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **(b) Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guaanês, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment")** O valor contábil do ativo imobilizado é determinado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é reavaliado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no Item 3.2 acima descrito, após a redução ao valor recuperável e reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois e o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de impostos ou gravames, contidos passivos restritivos de uso, conforme contrato de gestão. **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apreciação do resultado:** Os custos e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Por isso, nenhum tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para apuração do PIS e do Fofa, não foi calculado, com alíquota de 1%. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Caixa com restrição (*)	-	15.677,20	-	11.612,03
Caixa sem restrição	103,95	103,95	1.123,72	1.123,72
Bancos conta movimento com restrição (*)	-	2.008.363,87	-	585.840,87
Bancos conta movimento sem restrição	1,00	7,31	13.629,60	13.629,60
Aplicações financeiras com restrição	-	18.221.008,38	-	49.657.937,08
Aplicações financeiras sem restrição	8.719,94	475.070,07	20.000,00	984.730,04
	8.824,89	20.720.826,98	34.753,32	51.264.874,16

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente a CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander; a Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FIC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remunerados a taxa de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para gestão e aplicação dos recursos. O ISG é responsável pelas aplicações destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte dos contratantes.

5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
HDI	-	27.129.738,96	-	28.241.770,39
HERC (*)	-	44.106.296,15	-	55.787.580,15
HEAL CG 004/2014 (*)	-	81.985.276,89	-	87.901.584,90
HEAL CG 001/2019	-	29.920.011,48	-	6.271.453,66
HRIR	-	2.869.574,10	-	128.360,72
HRSC	-	12.803.500,50	-	4.709.690,71
CEAP-SOL	-	186.680,00	-	296.599,11
AME-SJC	-	1.798.129,51	-	1.562.765,98
HRH	-	15.123.009,86	-	3.957.190,50
O saldo a receber relativo aos Contratos de Gestão - (Cg refere-se a valores já aplicados às atividades sociais das unidades do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022 (exceto quanto ao HEAL CG 004/2014 e ao HERC), conforme previsto nos respectivos contratos de gestão das unidades. (*) O saldo a receber dos contratos de gestão do HERC e HEAL CG 004/2014, unidades que já foram encerradas, estão sendo discutidos pelo Instituto com os órgãos competentes.		215.922.297,45		188.856.996,12

6. CONTAS A RECEBER

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Aplicação Ouro Cap	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento 13ª e Férias	0,00	0,00	2.488.537,29	155.606,69
Outros Valores a Receber	2.635.613,89	2.640.613,89	0,00	2.493.537,29
	2.635.613,89	2.640.613,89	2.488.537,29	2.650.116,72

7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
ISS a Compensar	0,00	8,56	0,00	8,56
INSS a Recuperar	139.555,52	159.525,67	139.555,52	161.280,67
INSS Parcelamento	5.039,77	0,00	2.542,95	0,00
PIS a Recuperar	0,00	6.442.004,50	0,00	116.284,83
Tributos pagos a maior ou indevidamente	0,00	119.989,21	0,00	0,00
Demais Tributos Antecipados (*)	0,00	152.217,52	0,00	0,00
	144.596,29	6.873.745,46	142.099,47	277.858,67

(*) Valor referente ao pagamento da primeira parcela do parcelamento de IRRF ainda não consolidado das unidades HDI e HEAL CG 004/2014.

8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Adiantamento a Fornecedor	1.628,09	797.204,14	6.448,80	360.944,68
Adiantamento de Honorários	0,00	0,00	0,00	3.657,83
Outros Adiantamentos	0,00	42,91	80.000,00	80.000,00
Reembolsos a receber	57.506,49	57.506,49	0,00	0,00
	59.134,58	854.753,54	86.448,80	444.602,51

9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Antecipação de Salários e Ordenados	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Antecipação 13ª Salário	0,00	0,00	0,00	0,00
Antecipação de Férias	88.311,95	994.344,24	41.545,72	856.642,52
Adiantamento de Despesas	96.183,63	96.183,63	96.183,63	96.183,63
Antecipação Rescisão	0,00	3,00	0,00	0,00
	184.495,58	1.090.530,87	152.729,35	967.826,15

10. ESTOQUE

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
HDI	-	1.485.170,68	-	1.965.587,82
CEAP-SOL	-	1.156.186,32	-	924.639,00
HEAL CG 001/2019	-	2.278.199,70	-	2.495.938,20
HRIR	-	1.980.223,94	-	2.283.797,07

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (em reais)

25.4. Tributárias

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
INSS sobre Autônomos e Cooperativas	16.229,78	41.971,75	31.180,00	62.762,42
IPTU	658,25	658,25	631,05	10.708,73
IRRF	542,38	9.458,13	941,58	31.247,69
IOF Sobre Aplicações Financeiras	34,55	166.065,90	-	167.750,29
IOF Sobre Aplicações Financeiras	452,59	97.371,44	-	-
Outros Impostos e Taxas	8621,21	32.895,53	4181,69	19.509,92
26.538,76	348.427,00	36.934,32	291.979,05	

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ratêio de Horas Técnicas	12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54
12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54	

São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada unidade hospitalar paga para Matriz a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

27. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receitas Financeiras	636,97	1.310.141,19	26.396,46	5.052.550,12
Despesas Financeiras	(131.808,06)	(6.134.672,03)	(174.335,27)	(7.237.612,26)
	(131.171,09)	(4.824.530,84)	(147.938,81)	(2.185.062,14)

28. INDICADORES

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Índice de Liquidez Corrente				
Ativo circulante	=	0,493	1,060	0,60
Passivo circulante				
Índice de Liquidez Geral				
Ativo circulante + Ativo não circulante	=	0,928	1,001	1,33
Passivo circulante + Passivo não circulante				
Índice de Solvência Geral				
Ativo total	=	0,928	1,235	1,33
Passivo circulante + Passivo não circulante				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

transfêrncias para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO", bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. • **Crítério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernente a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "f", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guañes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retiro mencionados, e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprova a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contratuais, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dires da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Enfase(s): Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre unidades:** Os recursos destinados aos custos das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2021 - HRJ; 20/04/2023 - AME-SJC; 24/06/2023 - CEP-SOL; 26/02/2023 - HEAL CG 001/2019; 06/06/2022 - HRJR; 11/12/2022 - HRSIC 03/04/2023 - HRB; 19/12/2024 - HRLN e 31/12/2024 - AME-PARQUEIRA-SQU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administração - SP não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guañes - ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019; HRJR, HRB e HRLN, não foram evidenciados os registros destes bens em contas de controle. Ativo e Passivo compensados, enquanto, para as unidades CEP-SOL e HQT, os relatórios apresentados dos registros não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão estes estão sendo controlados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensados). Contudo, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 - Transações entre unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 27 de abril de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

HEAL - Com advento do fim da vigência do contrato de gestão 001/2019 em 25/02/2022, conforme cláusula primeira do primeiro termo aditivo ao contrato em questão. Houve o interesse entre as partes para renovação do contrato de gestão, por mais 12 (doze) meses, através do terceiro termo aditivo, celebrado em 25/02/2022. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em atendimento às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas. Salvador (BA), 14 de abril de 2022.

DIRETORIA	
André Mansur de Carvalho Guañes Gomes	Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72
Ernesto Stangueti	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15
CONTADOR	
Raphael Lindenbach de Moraes	CRF SP 261037

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos critérios internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as obrigações éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência de auditoria, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considereavelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Goiânia - GO, 19 de abril de 2022.

Work7 Auditores Independentes 55
CNPJ 160.001891-5 - BA - CVM 12.424

José Ricardo Xavier
Contador CFC 160-013785-0-5 BA

Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE
E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA



CHOQUE

O dedo na tomada é inegável dos dois lados, e o curto-circuito gerado é a politização do projeto em eleitoral. De um lado, o governo de Jair Bolsonaro (PL) quer privatizar a Eletrobras sob críticas dos contrários de que pede preço de banana na feira, e com risco de perder a soberania nacional sobre a geração de energia para um potencial sócio estrangeiro. De outro lado, fica evidente por parte do TCU o viés político para tentar barrar a venda. Relator do processo, o ministro Vital do Rego é egresso da ala do MDB ligada a Renan Calheiros (AL), o maior opositor de Bolsonaro no Senado, e grande aliado de Lula.

Vista

Em novo revés que atrapalha o plano do Governo, o TCU suspendeu o julgamento da segunda etapa da privatização após pedido de vista apresentado por Vital do Rego. O ministro queria prazo de 60 dias, mas foi convencido a reduzir para 20 dias.

Maio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já projetou o mês de maio como prazo final para desobstruir a venda da Eletrobras. E se Lula for eleito, a empresa não será privatizada.

Corporativismo

O caso do agora condenado Daniel Silveira simboliza o corporativismo na Câmara. Há meses, o parecer do Conselho de Ética que pede a suspensão do mandato do deputado aguarda análise no plenário.

Rompimento

Na esteira da insatisfação das categorias das forças federais com a demagogia do presidente Jair Bolsonaro em prometer aumento salarial não cumprido, os delegados federais soltaram uma dura nota - a mais crítica desde o início do Governo do Capitão - indicando um rompimento do apoio ao chefe da nação.

Freio

Entre os pontos da nota oficial, a corporação vai fazer o dever de casa a seu jeito, com um freio nas atividades: "redução de produtividade nas atividades administrativas de fiscalização". A Associação Nacional dos Delegados de PF também orientou a classe a não aceitar viagens em missões sem o prévio acordo de reembolso de diárias.

Caixa-preta

Manifesto de juristas defende prévias do PSDB e candidatura de João Doria

AGÊNCIA ESTADO

Um manifesto assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram o ex-governador de São Paulo João Doria para disputar a Presidência da República pelo partido. A carta, escrita na quarta-feira, 20, e divulgada pela assessoria de Doria, afirma que "ninguém no partido ou fora dele tem autoridade" para desrespeitar a decisão tomada pela sigla em novembro do ano passado.

"Ninguém no partido ou fora dele tem autoridade para violentar os 34 anos de história da Social Democracia, para rasgar o estatuto ou para anular a decisão democrática, soberana e irrevogável dos filiados em função de interpretações pessoais e subjetivas sobre o quadro eleitoral, ou articulações desautorizadas com outros partidos políticos. Não é necessário ser especialista em direito eleitoral ou partidário para ter absoluta convicção disso", diz trecho do manifesto.

"O candidato à Presidência da República legalmente constituído pelo PSDB para as eleições de 2022 é JOÃO DORIA, que será PROCLAMADO pela Convenção Nacional Eleitoral a ser realizada entre 29 de julho e 5 de agosto. Quem, honestamente, dese-



MANIFESTO assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram João Doria para disputar a Presidência da República

jar colaborar com o Brasil estará engajado na sua campanha!", diz ainda o manifesto.

Doria é alvo de ação orquestrada por lideranças tucanas, como o deputado federal Aécio Neves (MG) e o senador Tasso Jereissati (CE), que tentam lançar o ex-governador gaúcho Eduardo Leite como candidato do partido à Presidência no lugar dele.

Leite tem dito respeitar as prévias, mas defende que o partido não pode se apegar ao resultado. Diz que o PSDB deve estar aberto a

discutir outras alternativas que se mostrem viáveis para unificar a chamada terceira via, enquanto tenta se cacifar como opção.

O ex-governador paulista classifica a articulação como golpe. A situação tem aprofundado a divisão interna no PSDB, aparentemente já nas prévias.

A carta também surge em um momento no qual os partidos da terceira via discutem a formação de uma chapa única formada por partidos como o União Brasil, MDB, Cidadania e PSDB.

Joaci Góes



PONTO DE VISTA

Caminho de Compostela 4

Ao casal amigo Cristina e Augusto César Mangabeira Nunes.

Brasileiros, em geral, baianos e nordestinos, em particular, que fazem qualquer dos caminhos para Compostela, não podem deixar de refletir sobre o excepcional impacto, de múltiplas origens e dimensões, se o deslocamento a pé, entre regiões do Brasil, não fosse impedido pela infância da insegurança reinante, em toda parte.

Restringimo-nos ao caso baiano que já desfruta, ainda que de modo limitado, das badaladas caminhadas pela Chapada Diamantina, tendo como centro a histórica cidade de Lençóis. Se, como exemplo, aparelhássemos e dessemos segurança ao percurso entre Morro do Chapéu e Rio de Contas, de cerca de 300 km, é fácil compreender o crescente número de andarilhos, entre nacionais e estrangeiros, que

cederiam aos apelos de percorrer aqueles vastos horizontes, em ambientes refrigerados, com temperaturas oscilantes entre 8 e 20º.

Passando para o nível do mar, os 1183 km da orla baiana, a de maior extensão no território nacional, têm tudo para se transformarem numa meca mundial dos amantes do peripatetismo. Tão grande extensão seria dividida em percursos com apoio assegurado a distâncias nunca superiores a 10 km, para alimentação e dormida. Haveria uma verdadeira explosão de pequenos negócios, aptos a assegurar um padrão de vida sensivelmente superior ao usufruído pelas populações ribeirinhas, na atualidade, a exemplo do que ocorre com os espanhóis que vivem ao longo dos caminhos para Compostela. É claro que essa possibilidade se estende a toda costa brasileira, do Oiapoque ao Chui. A ênfase à costa nordestina decorre do

singularíssimo fato de ensejar o banho de mar, em águas tépidas, a qualquer hora de cada um dos 365 dias do ano, fenômeno sem igual em qualquer outro litoral tão extenso.

É claro que nos dias atuais essa possibilidade não passa de uma quimera, assim continuando enquanto nossa população, com o silêncio culposos das elites, continuar de costas para o reconhecimento da educação como o fator básico e fundamental para o desenvolvimento dos povos na sociedade do conhecimento em que o Mundo está imerso.

No caso da Bahia essa possibilidade é ainda mais remota pela queda acentuada nos índices que medem o bem estar dos povos, de que é prova maior o fundo do poço a que chegou a educação em nosso estado que ocupa, hoje, a mais baixa posição, entre as 27 unidades da Federação.

Um dado alarmante, do qual a maior parte da população parece não se dar conta, é sua detrimetosa ocupação do primeiro posto em números absolutos de homicídios praticados em todo do Brasil. Apesar disso, o sistema penal vigora-se em nosso Estado penitente em alta-

mente leniente com o crime. Basta mencionar que dos 700 mil detentos existentes no País, a Bahia participa com, apenas, 17 mil, quando, tomando-se como referencial o percentual de 7,3% de sua população, sobre a população nacional, o número de infratores penais, na Bahia custodiados, deveria ser superior a 50 mil! Essa ostensiva e inegável impunidade praticada na Bahia, tem sido sensivelmente agravada pelo estímulo oficial à marginalidade inerente à ação do MST, associado a traficantes de drogas e assaltos na periferia dos núcleos urbanos dotados de atração turística. Esses marginais contam com o apoio de advogados que desonram a profissão.

Em nossa caminhada para Compostela, reiteradamente, inteiramos-nos das origens, escolaridade e padrão de vida dos inúmeros proprietários dos pequenos negócios que pululam à beira do percurso, para sermos assolados pelo desgosto de vermos a distância abissal existente entre o que somos e o que poderíamos ser, se outro fosse o nível da educação de nossa gente.